



Varadouro: Um Jornal das Selvas como Instrumento de Cidadania¹

Francisco de Moura PINHEIRO²
Universidade Federal do Acre, Rio Branco, Acre

RESUMO

As décadas de 1970 e 1980 foram marcadas no Acre por sangrentos conflitos pelo domínio da terra, confrontando antigos posseiros e novos proprietários. Oriundos, principalmente, das regiões Sul e Sudeste do país, os novos proprietários chegavam ao Estado para instalar grandes fazendas de gado, a convite do governo local e cumprindo uma determinação dos militares que comandavam o país de promover uma suposta integração nacional. Aos posseiros quase nenhum direito lhes assistia. Seus problemas sequer eram veiculados na mídia acreana. Uma situação que perdurou até a criação do jornal alternativo Varadouro, que permaneceu em circulação entre maio de 1977 e dezembro de 1981. O que se pretende neste artigo é fazer algumas reflexões sobre a questão, à luz de teóricos como, entre outros, Thompson (1995) e McCombs (2009).

PALAVRAS-CHAVE: Acre; cidadania; comunicação; jornalismo; varadouro.

1. Brevíssima Genealogia do Jornalismo Acreano

Anexado ao Brasil em 24 de janeiro de 1903, depois de uma disputa sangrenta com a Bolívia, o espaço territorial onde hoje se localiza o Estado do Acre já possuía um jornal antes desse fato histórico. Tratava-se do periódico *El Acre*, fundado no primeiro semestre de 1902, em Mariscal Sucre, atualmente conhecida pelo nome de Xapuri, por iniciativa dos bolivianos que habitavam a cidade. Tanto Mariscal Sucre quanto o jornal *El Acre* deixaram de existir no momento em que, plena madrugada de 6 de agosto de 1902, um agrimensor gaúcho conhecido como coronel José Plácido de Castro, liderando uma tropa de seringueiros, a maioria oriunda do Nordeste do país, tomou a localidade, iniciando o que viria a se chamar pelos historiadores do futuro de Revolução Acreana.

Depois de conquistada pelos brasileiros, Xapuri, que posteriormente foi denominada “Princesinha do Acre”, dado os ares de modernidade que por ali se respirava, ficou sem jornal durante anos. Em 1907, porém, surgiram dois novos jornais: *O Acre* e *Acreano*. Como a cidade não dispunha, então, de nenhum outro órgão

¹ Trabalho apresentado no DT 07 Comunicação, Espaço, Cidadania do XIV Congresso de Ciências da Comunicação na Região Norte, realizado de 28 a 30 de maio de 2015.

² Doutor em Comunicação e Semiótica pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), jornalista na Universidade Federal do Acre (UFAC), e-mail: fdandao@gmail.com.



informativo, a chegada dos dois periódicos se materializou como uma espécie de salto nas comunicações locais. A comunicação de Xapuri, de acordo com Assmar (2002, p. 120), se limitava, então, a “cartas, bilhetes ou recados que eram confiados aos comandantes de navios cargueiros, aos regatões, comboieiros ou aos membros da antiga Guarda Nacional”. Mas estes, diz a autora, “só exerciam a função de carteiros quando a mensagem dizia respeito à comunicação oficial” (ASSMAR, 2007, p. 121).

A partir de 1907 sucederam-se os títulos de novos jornais em Xapuri que, dessa forma, passou à história regional como o berço da Revolução Acreana e da imprensa local. Já em 1910 surgiu na cidade o jornal *Correio do Acre*, cujo primeiro número circulou no mesmo dia em que foi lançada a pedra fundamental do templo maçônico Loja Acre. E já desde o seu primeiro número, o *Correio do Acre* reservou um generoso espaço para a divulgação das notícias de interesse da Maçonaria. Talvez não por coincidência, “uma boa parcela dos escritores e colaboradores dos jornais de Xapuri eram maçons”, explica Assmar (2007, p. 121).

Na primeira metade do século XX, mais especificamente entre os anos de 1913 e 1949, além desses três jornais citados até aqui, pode-se destacar, entre outros, os seguintes periódicos: *O Alto Acre* e *O Paladino*, ambos fundados em 1913, quando o município contava com apenas 19.500 habitantes, dos quais somente 2.010 na área urbana; *Commercio do Acre* (1915); *Gazeta do Acre* (1917); *Fitas* (1919); *A Coisa* (1919); *Talisman* (1919); *O Sporte* (1921); *A Ordem* (1923); *Boletim Oficial* (1932); *Gazetilhas Xapurienses* (1937); e *O Oeste* (1949).

Na capital do Estado, Rio Branco, o primeiro jornal do qual se tem registro histórico data de 1908. Denominado *O Rio Acre*, o referido periódico existiu até 1929, quando foi sucedido pelo *O Acre*, que veio a se constituir no primeiro órgão impresso de divulgação das atividades oficiais do Governo do Território, a partir da iniciativa do então governador Hugo Carneiro. Mas entre o surgimento de *O Rio Acre* e *O Acre*, nasceram e desapareceram os seguintes jornais: *Cidade da Empreza* (1910), *Folha do Acre* (1910-1931), *Acreano* (1911-1912), *O Rebate* (1912-1913), *O Pium* (1913), *O Autonomista* (1914-1915), *Boletim Oficial* (1915-1918), *O Pregão* (1915), *Jornal do Acre* (1916), *O Inseto* (1916-1917), *Reforma* (1916-1917), *O Futuro* (1919-1921), *Noroeste* (1917), *O Foguetão* (1917), *A Notícia* (1918-1919), *O Norte* (1921), *A Capital* (1921-1922) e o *Jornal Oficial* (1925-1926).

Assmar (2007, p. 44-45) explica que entre 1929 e 1962, ano em que o Acre finalmente saiu da condição de Território Federal para alçar-se à categoria de Estado,



como era o anseio de boa parte dos seus militantes políticos, os jornais se apresentaram com “forte caráter apelativo, revelado em textos, ora a defender causas ditas como coletivas, como no caso da autonomia, ora a ocultar os reais problemas da sociedade da época”. Nesse interstício temporal, ao contrário dos anos anteriores, conforme já foi demonstrado neste artigo, não se criaram tantos jornais no Acre. Seis, no entanto, seja por sua boa aceitação entre a comunidade local, seja por sua longevidade, merecem ser destacados: *Jornal do Povo* (1952-1955), *O Esportivo* (1953), *Renovação* (1953-1956), *O Liberal* (1956-1965) e *O Estado* (1958-1965).

Avançando-se no tempo, Pinheiro (2013, p. 139) afirma que os múltiplos veículos que surgiram entre 1963 e 1984 “adotaram outro tipo de fazer jornalístico, com a produção de textos mais concisos e mais voltados para a apuração da notícia”. A afirmação é referendada por Assmar (2007, p. 45), para quem “o padrão em vigor nesse momento (...) são as matérias mais concisas e diretas, com menos adjetivação e maior grau de precisão”. Essa foi uma fase, ainda no dizer de Assmar (2007, p. 45), iniciada “após a emancipação política acreana e estende-se até a consolidação da República Nova, que marcou o fim da ditadura militar no Brasil”. Pode-se dizer que esse período de quase 20 anos marcou uma profunda ebulição da imprensa escrita acreana, com a criação de 42 periódicos diferentes, das mais variadas tendências ideológicas.

Neste ponto, pode-se dizer que houve uma espécie de divisor de águas na produção de jornais impressos no Acre. A partir de 1985, os recursos advindos com a informatização produziram profundas transformações na feição gráfica dos jornais. Além disso, procedeu-se uma acentuada mudança no conteúdo ideológico tanto das reportagens quanto dos artigos opinativos. No dizer de Assmar (2007, p. 45), desde então se pode perceber nos textos um “caráter mais voltado para a defesa das causas sociais, engajando-se nos embates políticos de forma mais latente”. E quanto ao que concerne à elaboração do texto, Assmar (2007, p. 45) explica que passou a predominar nesse momento uma espécie de dessacralização da linguagem, “revelada na adoção de termos populares, com o intuito de fazer chegar com maior rapidez a mensagem ao público visado”. Atualmente (2015), são cinco os jornais que circulam diariamente no Acre: *O Rio Branco*, fundado em 1969; *A Gazeta*, fundada em 1986; *A Tribuna*, fundada em 1994; *Página 20*, fundado em 1995; e *Opinião*, fundado em 2011. Os três últimos surgiram como semanários, transformando-se em diários alguns anos depois.

Uma síntese, portanto, da história do jornalismo impresso no Acre pode dividi-la em dois momentos: antes e depois da mudança político-administrativa que transformou



o Território Federal em Estado. Não obstante, Assmar (2007, p. 89) garante que “comparando-se a produção jornalística do Acre Território com a do Acre Estado, nota-se que o segundo período é marcado por um crescimento significativo no tocante ao número de jornais existentes”. Por outro lado, ainda no dizer de Assmar (2007, p. 89), “Dado o grande número de jornais que surgem após o advento da autonomia, conclui-se que o jornalismo rio-branquense se finca como atividade profissional a partir de 1963, recebendo influências diretas do contexto histórico em sua configuração”.

2. Imprensa Alternativa: Opção do Brasil e Modelo para o Acre

A importância dos jornais alternativos brasileiros atinge o seu ápice nos anos de maior repressão das liberdades políticas e individuais, dado o recrudescimento da ditadura militar, a partir da edição do Ato Institucional Nº 5 (AI-5), em dezembro de 1968. Foi o momento em que a imprensa nacional viu tolhida como nunca o seu direito à liberdade de expressão. Só podia ser publicado na grande mídia brasileira aquilo que passava pela caneta dos censores. A situação chegou a um ponto de tamanho absurdo que alguns jornais de grande circulação se viram obrigados a publicar receitas de bolo e versos de Camões nos espaços destinados a matérias que haviam sido originalmente vetadas pelos funcionários do regime. Além disso, antes desse recrudescimento mais profundo, alguns donos de jornais e emissoras de rádio e televisão, em princípio simpatizantes do novo regime, trataram inclusive de praticar uma autocensura. Por conta desses fatos, a saída encontrada por uma parte dos jornalistas brasileiros, ávidos por divulgar outra versão dos fatos, foi a criação dos chamados “jornais alternativos”.

Durante a ditadura militar, a censura à imprensa teve diversos momentos e se implantou segundo diferentes modelos. Deve-se assinalar que como quase toda a grande imprensa apoiou o golpe de 1964, com alguns dos jornais e seus proprietários participando ativamente da conspiração para derrubar João Goulart, houve um momento em que os próprios jornais, rádios e televisões praticavam uma espécie de autocensura, procurando construir versões das informações favoráveis ao regime autoritário, seguidamente apontado como “salvador da democracia” contra o perigo comunista. (MARTINS, 2012, p. 238)

Esses jornais ditos alternativos eram produzidos de forma “não convencional”, passando o seu conjunto à história, muito provavelmente devido a sua maneira de vir à lume, como “imprensa nanica”. O primeiro deles, denominado *Pif-Paf*, foi fundado pelo jornalista Millôr Fernandes, no Rio de Janeiro, em 1964, justamente o ano do golpe. A



partir daí surgiram mais de uma centena, em todos os quadrantes do país. Entre estes, alguns que marcaram época e ficaram famosos, como *O Sol* (citado não por acaso numa canção de Caetano Veloso), *Em Tempo*, *Coojornal*, *Opinião*, *Versus*, *Movimento*, *De Fato*, *Repórter*, *Bondinho* e *Pasquim*.

Dois desses ditos jornais “alternativos”, ambos criados por iniciativa da Igreja Católica, deixaram seu nome na história da imprensa acreana: *Nós Irmãos* (1971) e *Varadouro* (1977). Tanto um como o outro surgiram pela necessidade detectada pelo bispo católico D. Moacyr Grecci de serem criados veículos de comunicação que pudessem servir de contraponto às divulgações emanadas do poder político, cuja linha de ação, no que se refere à Amazônia, era derrubar a floresta para promover a expansão das atividades agropastoris. Naturalmente, como essa linha de ação causava uma profunda convulsão social, ao expulsar o habitante original da terra, nada que dissesse respeito a esses fatos, seja denúncia, pedido de socorro ou simples depoimento de uma vítima, encontrava abrigo nas páginas dos jornais. Um texto produzido por Tatiana Costa (2007) traz dados esclarecedores sobre o assunto.

Os governos militares queriam, através de políticas e medidas estratégicas, integrar a Amazônia à economia e sociedade nacional, derrubando a floresta e promovendo a expansão da fronteira agropastoril. Milhares de trabalhadores seringueiros e extrativistas foram expulsos de suas terras, ocupadas há várias gerações, muitas vezes de forma violenta. Surgiram, então, movimentos de resistência à bovinização, invasão e tomada de terras pelos ‘paulistas’, termo pelo qual ficaram conhecidos os fazendeiros de outras regiões do país que vinham ao Acre em busca de terras, protagonizados por índios, ribeirinhos e seringueiros. Neste contexto de violência, perseguição e censura surge a imprensa alternativa, ligada às transformações sociais desencadeadas pelos acontecimentos iniciados na década de 1970. (COSTA, 2007, p. 65)

O principal objetivo do boletim diocesano *Nós Irmãos* era o de servir como veículo de comunicação entre a Igreja e os fiéis, tidos e havidos como pobres e oprimidos. Os primeiros números deste jornal foram publicados de forma bastante artesanal, com seis páginas (três folhas de papel A4 dobradas ao meio e grampeadas) e tiragem de 200 exemplares. Com o passar do tempo, dado o crescente interesse do público-alvo, o referido boletim chegou a imprimir 36 mil exemplares por edição, com distribuição em todos os centros comunitários, bem como em centenas de grupos de evangelização, um e outro ligados às Comunidades Eclesiais de Base (CEB’s). O *Nós Irmãos* circulou até o ano 2000, mas não de forma contínua. Entre 1983 e 1984 sofreu



uma interrupção. Depois, parou novamente de circular em 1986. Ao voltar, em 2000, não teve mais uma longa sobrevida.

No dizer de Assmar (2007, p. 102), o boletim *Nós Irmãos*, do ponto de vista ideológico, materializou-se na década de 1970, no oeste da região amazônica, como um ferrenho instrumento de defesa das bandeiras da teologia da libertação. Mediante as atitudes de violência desencadeadas no Acre, em função dos conflitos de terras, além da visibilidade proporcionada aos direitos dos trabalhadores rurais, uma vez que discorria reiteradas vezes sobre o Estatuto da Terra, o *Nós Irmãos* passou à história como um órgão de resistência da população que não tinha voz na chamada “grande mídia”.

Costa Sobrinho (2001, p. 153) faz uma síntese da importância do boletim *Nós Irmãos*, afirmando que o periódico acabou se tornando “o escoadouro natural de todas as denúncias contra a opressão dos pobres, orientador dos movimentos e porta-voz de suas reivindicações”. Quanto ao aspecto fundamental das ações da Igreja, que é (ou deveria ser) o trabalho de evangelização, Costa Sobrinho (2001, p. 160) garante que sobrava pouco espaço no boletim, “mesmo levando-se em consideração que as novas práticas pastorais não dissociavam a religião da vida quotidiana das comunidades cristãs”.

Em meados de 1975, os criadores do boletim *Nós Irmãos*, principalmente o bispo Moacir Grecci, entenderam que o periódico já não era capaz de atender à demanda dos movimentos sociais. O embate entre novos e antigos donos da terra, com os primeiros recebendo franco apoio das autoridades constituídas, havia se exacerbado ao longo dos últimos anos. E, assim, o bispo católico passou a cultivar a ideia da criação de um novo jornal, com um formato mais ao molde dos jornais alternativos que circulavam pelo país, principalmente no eixo Rio-São Paulo. O novo jornal deveria, diferentemente do boletim *Nós Irmãos*, tanto ser impresso em gráfica quanto distribuído em bancas de revistas, de forma que sua circulação pudesse ser irrestrita e atingisse o conjunto da sociedade acreana. Nesse instante começou a germinar a semente do jornal que, dentro de mais algum tempo, se chamaria *Varadouro*, o alternativo que marcou época na imprensa acreana, reunindo uma plêiade de jornalistas ligados à Igreja católica e engajados no que havia de mais vanguarda nas lutas populares de então.

3. Varadouro: Índios, Possesiros e Seringueiros como Personagens Centrais

O primeiro número do *Varadouro*, que marcou sua passagem pelo povo do Acre como um veículo que divulgava o que os demais jornais que circulavam no período



excluía das suas páginas, foi para as bancas em maio de 1977. Quatro anos e sete meses depois, em dezembro de 1981, com a edição do número 24, o jornal encerrava o seu ciclo de existência na imprensa acreana. Foram 24 números e centenas de páginas de um jornalismo voltado para a tentativa de levar cidadania aos povos excluídos e sem voz, sob a liderança da Igreja Católica, através do bispo D. Moacir Grecci.

Do primeiro número do *Varadouro* participaram os seguintes jornalistas e/ou colaboradores: Elson Martins da Silveira (diretor responsável); Sílvio Martinello (editor); Célia Pedrina Rodrigues Alves, Elson Martins da Silveira, Luiz Carneiro, Rosa Maria Carcelen, Sílvio Martinello e Terry Vale de Aquino (redatores); Adalberto Dantas (fotógrafo); Jalva da Silveira (arquivista); e Abrahim Farhat Neto (diretor-financeiro). A redação funcionava na Rua Coronel João Donato, nº 291. Surpreendentemente, esse primeiro número foi impresso nas oficinas do Serviço de Divulgação do Acre (SERDA), órgão de domínio do Governo estadual. Certamente os responsáveis pelo SERDA desconheciam a linha editorial do jornal, tanto que nenhum dos 23 números seguintes foram impressos nas mesmas oficinas.

No último número, já bastante encorpada, a equipe era formada pelos seguintes nomes: Elson Martins da Silveira, Marco Antônio Salgado Mendes, Romerito Valle de Aquino e Sílvio Martinello (editores); Antônio Alves Leitão Neto, Antônio Manoel Camelo Rodrigues, Arquilau de Castro Melo, Cláudia Netto do Valle, José Carlos Meirelles, Elson Martins da Silveira, Fátima Almeida, Francis Mary, Marco Antônio Salgado Mendes, Mary Allegretti, Romerito Valle de Aquino, Saulo Petean, Sílvio Martinello, Silene Farias, Terry Valle de Aquino e Vera Fróes (redatores); Roberto Medeiros (desenhos e ilustrações); Mid (diagramação); Maria da Conceição Alves e Raimundo Nonato (publicidade); e Arquilau de Castro Melo (assessor jurídico). A redação neste momento funcionava na Travessa Epaminondas Martins, 141, e as oficinas usadas para rodar o jornal foram as da Editora Humberto Calderaro, em Manaus.

Uma olhada, mesmo que superficial, pelas páginas históricas do *Varadouro* demonstra que o jornal ampliou as possibilidades de divulgação das lutas populares, cuja visibilidade inicial aconteceu por meio do boletim *Nós Irmãos*. De acordo com Costa Sobrinho (2001, p. 160), os editores do novo jornal só consideravam críveis as versões que saíam das bocas dos posseiros, seringueiros e índios. Isso tanto fazia se a percepção dos referidos personagens se referia às questões da cidade ou da floresta. Por conta disso, no projeto editorial do *Varadouro* ficou evidenciada claramente a sua opção



por índios, posseiros e seringueiros. “Esses três personagens centrais estavam intimamente ligados à questão da terra, pois dela eram despossuídos na ótica das classes dominantes agrárias: seringalistas e fazendeiros” (COSTA SOBRINHO, 2001, p. 179).

Ao dar voz à gente da floresta, *Varadouro* informava ao público local dos conflitos que estavam acontecendo ao seu redor, denunciava a violência de fazendeiros e seringalistas e apoiava o movimento de resistência dos oprimidos. Os editores do alternativo já contavam com a cobertura da imprensa nacional para uma parte dos conflitos que vinham ocorrendo, todavia a circulação dessa imprensa era mínima em Rio Branco, e quase nula no resto do Estado. Diante disso, coube ao jornal combater a desinformação veiculada pelos jornais locais, e atrair o apoio de parcela importante do público acreano para a causa dos deserdados: índios, posseiros e seringueiros (...). (COSTA SOBRINHO, 2001, p. 179)

Os índios já aparecem com destaque no primeiro número do *Varadouro*, que dedica sete das suas 20 páginas à temática. A matéria vai da página 7 a página 13. Intitulada “Índios (ou caboclos) do Acre”, e com o subtítulo “A história dos povos indígenas dos vales do Acre – Como eram as correrias no Purus e Juruá – O mundo dos Caxinauas – O que o branco ou “cariu” pensa do índio”, a matéria dá voz a personagens que jamais teriam visibilidade, naquele momento, em outro veículo de comunicação. É o caso, por exemplo, de uma índia chamada Petronila, “filha das selvas do Juruá” (VARADOURO (a), 1977, p. 8), que discorre sobre a história do seu povo, informando que “os náuas não queriam mal aos brancos, mas eles (os brancos) eram maus e os seus antepassados haviam fugido de um lugar bonito para além das nascentes dos rios” (VARADOURO (a), 1977, p. 8).

Os posseiros foram destaque pela primeira vez nas páginas do *Varadouro* na terceira edição do jornal. Foram quatro páginas dedicadas ao tema. A matéria vai da página 9 a página 12. A chamada de capa, em letras garrafais anuncia: “Terra – A briga pra ser dono” (VARADOURO (b), 1977, p. 1). Na página 9, à manchete principal, “A briga pela posse da terra” (VARADOURO (b), 1977, p. 9), seguem-se as seguintes retrancas, até o final da matéria: “Começa com o capataz” (VARADOURO (b), 1977, p.9), “O patrão diz que quer paz” (VARADOURO (b), 1977, p. 10), “O posseiro reage” (VARADOURO (b), 1977, p. 11), “O governador lamenta” (VARADOURO (b), 1977, p. 11), “A Igreja comenta” (VARADOURO (b), 1977, p. 12) e “O Incra silencia” (VARADOURO (b), 1977, p. 12). O longo *lead* dessa matéria é emblemático, no tocante ao papel desempenhado pelos posseiros e demais personagens e segmentos

envolvidos nos conflitos de terra no Acre na década de 1970, conforme a transcrição do trecho que segue.

Um seringueiro assustado levou a notícia às autoridades policiais de Rio Branco, altas horas da noite. Houve uma tocaia no seringal Nova Empresa e mataram o capataz das terras, Carlos Sérgio. Era uma quinta-feira da primeira quinzena de julho. No domingo o quadro estava mais completo: o auxiliar de Carlos Sérgio, Osvaldo Gondim, também fora encontrado morto, em estado de putrefação, e na cadeia já estavam os cinco posseiros responsáveis, tendo Antônio Caetano de Souza como líder do grupo. Num outro seringal, quase simultaneamente, posseiros e proprietários trocavam tiros, segundo notícias não oficiais, e um trabalhador restaria ferido. Julho, época de desmatamento, os atritos pela posse da terra, no Estado, são acirrados e frequentes. Há vários personagens nesses atritos. (...) Contudo, as opiniões estão aí para serem confrontadas e analisadas. O patrão, seu preposto, o posseiro, o invasor, o policial, o governador, o bispo, o Incra, todos tem o seu discurso. E falam de paz. (VARADOURO (b), 1977, p. 9).

Os seringueiros, terceiro elemento dentre os personagens centrais eleitos como temas preferenciais do *Varadouro*, são especialmente destacados na edição nº 4 do jornal, que foi para as bancas em setembro de 1977. Usando como chamada de capa o “Centenário da migração nordestina para o Acre” (VARADOURO (c), 1977, p. 1), a matéria ocupou quatro páginas do jornal (9 a 12). Como título interno, os redatores escolheram “ Migração – Uma história de cem anos” (VARADOURO (c), 1977, p. 9). Os subtítulos usados nessa matéria foram os seguintes: “1877 – A primeira migração como chuva de gafanhotos” (VARADOURO (c), 1977, p. 9), “1943 – A segunda migração – Raimundo, o soldado da borracha” (VARADOURO (c), 1977, p. 9), “Alistamento” (VARADOURO (c), 1977, p. 10), “A viagem” (VARADOURO (c), 1977, p. 10), “A chegada” (VARADOURO (c), 1977, p. 10), “No seringal” (VARADOURO (c), 1977, p. 10), “Os adjuntos” (VARADOURO (c), 1977, p. 10), “O que restou” (VARADOURO (c), 1977, p. 11), “1970 – A migração do campo – E acabou no Papoco” (VARADOURO (c), 1977, p. 11), “1970 – A migração do sul – A gleba dos paranaenses” (VARADOURO (c), 1977, p. 12) e “1970 – A migração para Bolívia – Atravessando a fronteira” (VARADOURO (c), 1977, p. 12).

A essência do *Varadouro* estava contida de forma intrínseca e visceral no objeto das suas matérias. Não havia uma preocupação estética mais apurada do ponto de vista gráfico, o que dava feições rústicas e a impressão de que o jornal era produzido de forma quase artesanal. Da mesma forma, seguindo o despojamento estético, a linguagem primordialmente usada pelo jornal não incorporava nenhum traço de



rebuscamento estilístico ou formal. Prevalecia a linguagem do conflito e da indignação. Afora isso, de acordo com Costa Sobrinho (2001, p. 160), o corpo redatorial do jornal procurava redigir textos com uma linguagem compromissada com a cidadania, a ética, o respeito às etnias etc. O texto, explica Costa Sobrinho (2001, p. 160), “era direto, simples, coloquial. Muitas vezes os depoimentos foram transcritos do gravador, passados a limpo e jogados no jornal, sem que houvesse maior preocupação com a elaboração da escrita”. O resultado, ainda no dizer de Costa Sobrinho (2001, p. 160), foi “um estilo jornalístico bastante experimental, que obteve uma boa repercussão (...), passando a ser a marca registrada do jornal”.

Mas o jornal não saboreou apenas o sucesso das suas pautas e/ou matérias. É preciso destacar que foram inúmeras as dificuldades enfrentadas pelo *Varadouro*. Uma dessas dificuldades diz respeito à periodicidade. A proposta inicial dos criadores do *Varadouro* era colocar um número por mês nas mãos da população. Isso, porém, jamais aconteceu. Tanto que em quatro anos foram somente 24 edições. Ou seja, um número a cada dois meses, em média. Era mesmo difícil, no final da década de 1970 e início da década de 1980, fazer um jornal tabloide no Acre, com 20 páginas e uma tiragem de cinco mil exemplares (os outros jornais circulavam com tiragens variáveis de 300 a 500 exemplares). Como se não bastasse, explica Pinheiro (2013, p. 144), ainda no que diz respeito às dificuldades enfrentadas pelo jornal, “o *Varadouro* jamais teve oficinas próprias, dependendo sempre do serviço de terceiros para a respectiva impressão”.

Até o papel para a impressão do jornal se constituía num desafio para os dirigentes do *Varadouro*. “Era necessária a formação de estoques para o consumo de pelo menos cinco meses” (COSTA SOBRINHO, 2001, p. 161). Esse período de cinco meses do qual fala Costa Sobrinho diz respeito à estação chuvosa na Amazônia. É que na época em que existiu o *Varadouro*, a BR-364, que liga o Acre ao centro-sul do país, não era asfaltada, o que impedia o tráfego de veículos de transportes de cargas pesadas e, assim, inviabilizava a chegada ao Estado do material referido. “No caso do *Varadouro*, suas edições exigiam um estoque de aproximadamente 200 resmas de papel plano 96 x 66 cm., para aguentar com folga o período” (COSTA SOBRINHO, 2001, pp. 161-162).

Na sua última edição, que foi para as bancas em dezembro de 1981, talvez ainda sem saber que o *Varadouro* não voltaria a circular, os redatores do jornal anunciaram a morte de um dos mais emblemáticos jornais alternativos brasileiros: o semanário *Movimento*. Premonitoriamente, o *Varadouro* anunciou sua própria morte com a



seguinte manchete: “Movimento morreu. Viva Movimento!” (VARADOURO (d), 1981, p. 2). “Por força do destino ou mera coincidência, o réquiem do *Varadouro* para o alternativo *Movimento* bem que poderia ser tomado como seu próprio necrológio” (COSTA SOBRINHO, 2001, p. 164).

De acordo com a matéria publicada no último número do *Varadouro* (1981. p. 2), entre as causas da morte do *Movimento* destacavam-se as de que o referido alternativo já não conseguia sustentar os níveis de venda dos primeiros tempos, bem como os atentados à bomba contra as bancas de revista que o vendiam. O *Varadouro*, ao explicar o importante papel que referido semanário havia cumprido com sua linha editorial, transmutando uma realidade nacional para uma configuração regional, era como se falasse de si mesmo: “(...) defesa intransigente das liberdades democráticas, independência nacional e da elevação do padrão de vida material e cultural dos trabalhadores” (COSTA SOBRINHO, 2001, p. 164).

À semelhança do que aconteceu com editores e repórteres de outros jornais alternativos em diversos estados brasileiros, à época, a equipe do *Varadouro* recebeu muitas ameaças e sofreu uma série de constrangimentos. Diferentemente, porém, de situações de extremada violência sofrida por alguns, o jornal acreano não teve nenhuma de suas edições censuradas, assim como não se tem notícia de bancas de revistas explodidas em represália de o ostentarem em suas prateleiras. Contudo, o nº 24, de dezembro de 1981, “foi a última edição do jornal das selvas, que desapareceu em silêncio, sem uma explicação pública aos seus leitores” (COSTA SOBRINHO, 2001, p. 164).

4. Considerações Finais

Embora o objeto central deste artigo seja a importância do papel exercido pelo periódico *Varadouro*, acertadamente denominado “jornal das selvas”, na defesa da cidadania dos oprimidos povos da floresta, através da visibilidade das suas mazelas, num certo momento da história do Acre, optou-se por, antes de se entrar no tema propriamente dito, fazer uma genealogia da produção dos jornais no espaço geográfico citado, cujo início, curiosamente, é anterior à anexação deste ao território brasileiro. Da mesma forma, num segundo momento, ainda antes do mergulho específico na história do *Varadouro*, optou-se por escrever algumas linhas sobre a imprensa alternativa no Brasil, movimento do qual o jornal acreano é reflexo direto e exemplo acabado. Os dois



itens, entende-se, configuram-se de extrema importância para a contextualização do objeto do artigo.

Por outro lado, para que se compreenda, mesmo que de forma apenas aproximada, dado que o tema fica longe de ser esgotado em um artigo diminuto como é o caso deste, a importância do papel representado pelo *Varadouro* para o efetivo exercício da cidadania pelos acreanos habitantes da zona rural, ribeirinhos, índios e seringueiros, deve-se fazer um périplo, ainda que apressado, pelo momento histórico ao qual passava o Acre. Momento esse que resultava, entre outras configurações e nuances, pelas relações espúrias desenvolvidas e sustentadas pelo poder político constituído no Estado e a chamada grande mídia, tanto local quanto nacional.

Conforme já foi evidenciado em outro trecho deste artigo, os anos da década de 1970 foram marcados no Acre pela tentativa de se fazer com que a economia extrativa local, em declínio desde o final da Segunda Guerra Mundial, fosse substituída pela criação intensiva de gado bovino. Nesse sentido, vale a pena citar as palavras de Bonifácio (2007, p. 63), para quem, com o apoio do então governador Wanderley Dantas (1971-1975), “os planos dos governos militares de transformar o Acre de um grande seringal em uma vasta fazenda agropecuária começavam a se firmar”.

Para que se tenha uma ideia do quanto o novo modelo desenvolvimentista afetou o Estado, resalte-se que no período em que o Acre foi dirigido pelo referido governador, cinco milhões de hectares, o equivalente a um terço das terras acreanas, foram vendidas pelo governo para empresas e pessoas do centro-sul do país. Um modelo de ocupação que se relevou de extremo dano, uma vez que “além de causar a expulsão dos antigos habitantes para lugares onde eles não estavam acostumados a viver e nos quais não se adaptariam, também viria a causar danos ambientais irreversíveis ao ecossistema” (PINHEIRO, 2013, p. 61).

A expulsão dos antigos habitantes da terra, porém, não se deu de forma pacífica. Muito ao contrário disso. Durante as décadas de 1970 e 1980, foram muitos os corpos tombados, de lado a lado, na batalha pelo direito de se permanecer ou se estabelecer nas terras acreanas. Apoiados pelos planos desenvolvimentistas oficiais, todos os direitos eram garantidos aos que chegavam. Aos que já estavam na terra, só restava resistir, inúmeras vezes de espingarda nas mãos, ou engrossar cinturões de miséria nas periferias dos centros urbanos.

A mídia nacional cuja linha editorial se vinculava aos generais presidentes do regime militar incorporou o ideário de que a Amazônia era a última fronteira a ser



integrada ao resto país. Em nível local, a imprensa tratava de silenciar a respeito dos violentos conflitos e do processo de miserabilização do homem do campo, em decorrência da implantação da atividade pecuária. Paralelamente, a mesma mídia nacional com frequência publicava textos alusivos às supostas vantagens de se fazer investimentos nas terras do Acre. O governo estadual da época, explica Bonifácio (2007, p. 64), tinha na “imprensa verdadeira aliada para efetivar seu plano de atrair os interesses dos investidores centro-sulistas, através do propagandeado progresso que chegava às terras acreanas”.

Nesse cenário, considerando-se que um dos preceitos da cidadania é o da vida numa relação de iguais, onde tudo deve ser decidido mediante palavras e sem violência (CERQUIER-MANZINI, 2010), e que nada disso os habitantes das florestas acreanas podiam usufruir no período, bem como eles sequer tinham o direito de veiculação e/ou publicização das suas mazelas, pode-se dizer que o surgimento do *Varadouro*, como veículo de disseminação e voz de um lado diferente da mesma história, foi crucial para o restabelecimento de pelo menos parte dos referidos direitos.

Para concluir, configuram-se pertinentes duas reflexões de cunho teórico que realçam a importância do *Varadouro* na busca de ser restabelecida uma cidadania momentaneamente perdida pelo povo das florestas acreanas, nos anos de chumbo do regime militar: Uma reflexão alusiva às fontes de poder, socialmente falando, a partir dos postulados de Thompson (1995); e outra relacionada a determinados elementos do agendamento da mídia, segundo os ensinamentos de McCombs (2009).

No que se refere ao pensamento de Thompson (1995), as principais fontes de poder se caracterizam por quatro possibilidades distintas: “econômica”, “coercitiva”, “política” e “simbólica”. Movida pelo elemento dinheiro, onde quem tem mais, pode mais, a fonte de poder “econômica” era dominada no Acre das décadas de 1970 e 1980 pelos fazendeiros do Centro-Sul do país, que migraram para a região atraídos pela propaganda governamental. A fonte de poder “coercitiva”, relativa à força, era exercida fundamentalmente pelos militares, que haviam tomado o poder pelas armas, alguns anos antes. A fonte de poder “política” era exercida pelos militares, preponderantemente por eles, e pelos governadores nomeados pela presidência da República. A fonte de poder “simbólica”, esta era exercida no Acre da época por mídias de orientação distinta: de um lado os jornais atrelados ao poder e do outro o *Varadouro*, a favor dos silenciados.

Quanto à questão do agendamento, McCombs (2009) explica que a mídia tem o poder de determinar os temas sobre os quais o público falará e discutirá. “A mídia, ao



nos impor um menu seletivo de informações como sendo ‘o que aconteceu’, impede que outros temas sejam conhecidos e, portanto, condena-os à inexistência social” (BARROS FILHO, 1995, p. 170). Além disso, para potencializar o agendamento a mídia pode se utilizar de vários instrumentos, como, por exemplo: a “dramatização da mensagem” e a “dinamização do tema” (BARROS FILHO, 1995). No primeiro caso, faz-se menção a alguma espécie de conflito entre os personagens da ação. No segundo caso, a ideia é a de relatar algo que o receptor possa exercitar a sua possibilidade de constatação. O *Varadouro* usou à exaustão tanto um como o outro instrumento.

5. Referências Bibliográficas

A BRIGA pra ser dono. *Varadouro* (b). Rio Branco, agosto de 1977.

A BRIGA pela posse da terra. *Varadouro* (b). Rio Branco, agosto de 1977.

ASSMAR, Olinda Batista; BONIFÁCIO, Maria Iracilda Gomes Cavalcante; LIMA, Gleyson Moura de. **O imaginário social** – Estudo dos editoriais nos jornais de Rio Branco – Séc. XX. João Pessoa: Ideia, 2007.

BARROS FILHO, Clóvis de. **Ética na comunicação** – Da informação ao receptor. São Paulo: Moderna, 1995.

BONIFÁCIO, Maria Iracilda Gomes Cavalcante. **Ideologia e poder** – Uma análise do discurso dos jornais “O Rio Branco” e “Varadouro” durante a ditadura militar (1977 – 1981). Rio Branco: Cida, 2007.

CENTENÁRIO da migração nordestina para o Acre. *Varadouro* (c). Rio Branco, agosto de 1977.

CERQUIER-MANZINI, Maria Lourdes. **O que é cidadania**. São Paulo: Brasiliense, 2010.

COSTA SOBRINHO, Pedro Vicente. **Comunicação alternativa e movimentos sociais na Amazônia ocidental**. João Pessoa: Universitária – UFPB, 2001.

COSTA, Tatiana Camila da Silva Campos. **Galinho bom de título** – A história do jornal Página 20, o mais premiado do Acre. Monografia. Rio Branco: UFAC, 2007.

ÍNDIOS (ou caboclos) do Acre. *Varadouro* (a). Rio Branco, maio de 1977.

MARTINS, Ana Luíza; LUCA, Tânia Regina de. **História da imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2012.

McCOMBS, Maxwell. **A teoria da agenda** – A mídia e a opinião pública. Petrópolis: Vozes, 2009.



MIGRAÇÃO – Uma história de cem anos. *Varadouro* (c). Rio Branco, agosto de 1977.

MOVIMENTO morreu. Viva Movimento! *Varadouro* (d). Rio Branco, dezembro de 1981.

PINHEIRO, Francisco de Moura. **A invenção da florestania**: a participação da mídia acreana na construção de um novo discurso ideológico. Tese de doutorado. São Paulo: PUC, 2013.

THOMPSON, John B. **A mídia e a modernidade** – Uma teoria social da mídia. Petrópolis: Vozes, 1995.